



**Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social-**  
**SEDSASSEMBLEIA ORDINÁRIA**  
**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO**  
**°24/06/2015° CEDI/PR**



1  
2  
3  
4  
5  
6 Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de 2015, às 14h em primeira convocação, no auditório do 7º  
7 andar da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS, situada no Palácio das  
8 Araucárias à rua Jacy Loureiro de Campos s/nº – Bairro Centro Cívico em Curitiba-PR, foi dado início à  
9 Assembleia Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI/PR, para a qual os Conselheiros  
10 foram previamente convocados. No seu papel, o Conselheiro José Araújo da Silva, representante da Ação  
11 Social do Paraná procedeu a abertura formal desse evento, saudando todos os presentes, em especial a  
12 Sra. Procuradora de Justiça, Rosana Beraldi Bevervanço. Já na sequência, a Presidência solicitou que  
13 fosse iniciada a auto-apresentação dos presentes no plenário. São eles: Maria Inês Dias Pereira (Sindicato  
14 dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná - SINDAFEP), Gislaine Cristina Vagetti (Secretaria de  
15 Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior-SETI), Cidete Maria Chiapetti Casaril (Secretaria de  
16 Estado da Saúde-SESA), Visitante José Cândido (Jornal de Santa Cândida), Irmã Janete Casagrande  
17 (Província Brasileira da Congregação Irmãs Filhas da Caridade São Vicente de Paulo), Danielle Rocio de  
18 Souza Arns Steiner (Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos SEJU), colaboradora  
19 Arlete Maria Campestrini Kubota (CONSIJ - Tribunal de Justiça do Paraná), Coronel Janary Maranhão  
20 Bussmann (Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas-AMAI),  
21 colaborador Urandy do Val, Cláudia Costa Carneiro Hernandez (Associação Brasileira de Alzheimer e  
22 Doenças Similares Regional Paraná), Leuma Gouveia Camilo (Pastoral da Pessoa Idosa), Diones Lupércio  
23 Monteiro (Centro de Excelência a Atenção Geriátrica e Gerontológica - CEGEN), José Araújo da Silva (Ação  
24 Social do Paraná), Danielle M. Vieira (Núcleo Jurídico da SEDS), Leandro Nunes Meller (Unidade Técnica  
25 de Garantia de Direitos – SEDS), Cláudia B. Foltran (Coordenação da Política da Pessoa Idosa - SEDS),  
26 Gualberto Ruben Cuenca Manaña (Associação de Amparo aos Idosos de Foz de Iguaçu), Aécio Flávio  
27 Saldanha de Araújo (Federação dos Aposentados e Pensionistas do Paraná), Elísio Eduardo Marques  
28 (Conselheiro Suplente da AMAI), Heloísa do Rocio Uladowski (Secretaria de Estado da Administração e  
29 Previdência - SEAP), Maria Adelaide M. Correia (APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública  
30 do Paraná), Residente Técnica Maiara Almeida Abreu (Núcleo Jurídico - SEDS), Gilson Fernando Gomy de  
31 Ribeiro (Associação Nacional de Gerontologia do Paraná- ANG-PR), totalizando 17 Conselheiros. Com o  
32 quórum estabelecido, partiu-se logo para a apreciação da pauta, que veio acompanhada da solicitação da  
33 Conselheira Cláudia Costa C. Hernandez: - limitar um tempo para a discussão dos assuntos - 3 minutos. Ao  
34 mesmo tempo, a Coordenadora Cláudia Foltran complementou a proposta: - além do tempo determinado,  
35 visando tornar as discussões mais ágeis, só deverão se pronunciar as pessoas previamente inscritas. O  
36 colaborador Urandy do Val afirmou ser obrigado a efetuar interferências e não desejaria sentir-se tolhido.  
37 Isso não acontecerá, garantiu o Presidente José Araújo da Silva, informando que iria adotar esse critério  
38 objetivando organizar as intervenções, limitando o tempo. • Inserções: -1) Ofício da Faculdade Inspirar 2)

39 Informar da chegada de resposta dos Correios - • APROVADA A PAUTA. • Apreciação da ata da plenária  
40 anterior APROVADA, com a recomendação da Presidência que possíveis alterações de monta verificadas  
41 nas atas, farão com estas sejam devolvidas aos Conselheiros, que terão cinco dias para reavaliá-las e  
42 apresentar suas considerações. • Informes da Secretária Executiva - Maria Leticia Z. Dellê -  
43 **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA - UNESPAR** – Conselheira Jandira Gonzaga informa que em função da  
44 Conferência Municipal de Paranaguá, da qual participará, não estará presente na reunião do mês de junho.  
45 Será representada pela sua suplente, Profª Gislaine Cristina Vagetti. Federação das Associações de Pais e  
46 Amigos dos Excepcionais do Paraná – Titular – Inês Roseli - não participará da reunião pois estará presente  
47 na Conferência Municipal de Francisco Beltrão. O suplente, Rui Fernando Pilotto – ausente por motivo de  
48 saúde. Pastoral da Pessoa Idosa – Conselheira Suplente Caterina Folli – Justifica ausência por motivos de  
49 trabalho, referente a Coordenação do Estado no Paraná. SEED – Thais Gama da Silva- Conselheira titular –  
50 ausente por motivo de saúde. INFORMES: Conselheira Inês Roseli, representante da Federação das  
51 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Paraná - informa sobre sua participação como  
52 palestrante nas Conferências Municipais na Região de Francisco Beltrão - Chopinzinho, Ampere e Itapejara  
53 do Oeste, todas com sucesso. Tem agendada a participação em Cruzeiro do Iguaçu, Marmeleiro e Salgado  
54 Filho. Informa que nas Conferências que já aconteceram, ficou satisfeita com a ampla participação de  
55 pessoas idosas, sendo que em todas estas superam a 80% do público. Secretaria de Assistência Social do  
56 Município de Chopinzinho encaminha ofício de agradecimento ao CEDI pela disponibilização de um técnico  
57 para participar da sua Conferência Municipal, na pessoa da Conselheira Inês Roseli. O CENTRO DE APOIO  
58 OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO e da PESSOA  
59 PORTADORA DE DEFICIÊNCIA, através da Procuradora de Justiça, Rosana Beraldi Bevervanço traz a  
60 conhecimento importante notícia acerca da Delegacia do Idoso. Com efeito, o CAOP e o CEDI, apoiados  
61 pela douta Procuradoria – Geral de Justiça, de longa data sustentam a necessidade de criação da  
62 Delegacia do Idoso ao menos na Capital do Estado como início na operação de enfrentamento à crescente  
63 violência nessa área, impondo ao Estado a adoção de medidas tendentes a assegurar investigação  
64 especializada, assim como ocorre em relação à mulher, infância e juventude. Além disso, é um mecanismo  
65 que já existe em vários estados do País. Em resposta à expediente da douta Procuradoria-Geral, o Senhor  
66 Chefe da Casa Civil encaminhou resposta do Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública  
67 informando que determinou a criação do Núcleo de Atendimento ao Idoso junto à Delegacia da Mulher e,  
68 ainda, a inclusão da Delegacia do Idoso no planejamento orçamentário de 2016. Ofício nº 0161/2015 da  
69 Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso da ALEP – convidando 02 (dois)  
70 representantes do CEDI para participar do Comboio da Cidadania – com saída no dia 01/07 da ALEP.  
71 Objetivo desse Comboio é a diligência fiscalizatória, em locais sigilosos da região Norte/Nordeste do Estado  
72 do Paraná. Será disponibilizado transporte a todos, sendo que as despesas de hospedagem e alimentação  
73 para 02 (dois) dias, correrão por conta de cada instituição. Confirmação de presença deverá ser feita até dia  
74 18/06. Pres. José Araújo da Silva e a Conselheira Cláudia Foltran não tinham disponibilidade de agenda  
75 para participação e em consulta aos demais conselheiros, também não houve disponibilidade de agenda  
76 para participação. Indicação de 01 (um) representante do CEDI para participação na Comissão de Defesa  
77 dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso da ALEP. Conselheira Cláudia Foltran participou da

78 última reunião e não tem disponibilidade de tempo para continuar na referida Comissão. Of. nº 016 – CMDI  
79 de Cornélio Procópio – convidando um representante do CEDI para participar da V Conferência Municipal  
80 dos Direitos da Pessoa Idosa, na data de 12/06. Conselheiro Diones Lupércio Monteiro representou o CEDI.  
81 **Ofício 024 – enviado à SEDS – encaminhando Projeto de Lei referente a garantia às pessoas idosas,**  
82 **maiores de 60 anos, de conseguir a gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de**  
83 **passageiros de característica rodoviária convencional, e dá outras providências correlatas, para**  
84 **análise e encaminhamento de viabilidade. Ofício 025 – enviado à SEDS – encaminhando Projeto de**  
85 **Lei referente a criação de Delegacias Especializadas de Proteção à Pessoa Idosa (DEPI's) na**  
86 **estrutura organizacional da Polícia Civil do Estado do Paraná, para análise e encaminhamento de**  
87 **viabilidade. Ofício 026 – encaminhado à SEDS - solicitando indicação de um representante para**  
88 **proferir uma pequena palestra de 20 minutos sobre dados referentes a violência contra a pessoa**  
89 **idosa. Ofício 027 – encaminhado à SESA - solicitando indicação de um representante para proferir**  
90 **uma pequena palestra de 20 minutos sobre violência contra a pessoa idosa detectada nas**  
91 **ocorrências registradas pela SESA. Ofício 028 – encaminhado à SESP - solicitando indicação de um**  
92 **representante para proferir uma pequena palestra de 20 minutos sobre dados referentes a violência**  
93 **contra a pessoa idosa, nas ocorrências registradas pela SESP. Ofício 029 – encaminhado à ASCOM –**  
94 **SEDS – solicitando revisão do folheto explicativo sobre doações ao FIPAR, visto estar agora o CEDI**  
95 **vinculado à SEDS. Ofício 030 – encaminhado à SEFA – solicitando celeridade na análise do protocolo**  
96 **encaminhado sobre o FIPAR. Ofício 031 – encaminhado ao Grupo ITAÚ – informando que o CEDI**  
97 **elaborou Edital disponibilizando uma linha de financiamento no valor de R\$ 3.000.000,00 (três**  
98 **milhões de reais) destinados à projetos sociais nas áreas da saúde, educação, assistência social e**  
99 **trabalho voltados à pessoa idosa, o qual será publicado no Portal da Pessoa Idosa deste Conselho.**  
100 **Ofício 032 - Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos – SEJU – solicitando informações**  
101 **sobre quais as providências estão sendo tomadas em relação a denúncia recebida sobre a violação**  
102 **de direitos de pessoas idosas durante as ações ocorridas no dia 29 de abril de 2015, na Praça Nossa**  
103 **Senhora de Salete, no Centro Cívico, envolvendo servidores públicos e a Polícia Militar. Ofício 033 –**  
104 **encaminhado ao Comando da PM - solicitando informações sobre as providências que estão sendo**  
105 **tomadas em relação a denúncia recebida sobre a violação de direitos de pessoas idosas durante os**  
106 **entrevistos ocorridos no dia 29 de abril de 2015, na Praça Nossa Senhora de Salete, no Centro Cívico,**  
107 **envolvendo servidores públicos e a Polícia Militar. Ofício 034 – encaminhado ao MP solicitando**  
108 **informações sobre quais as providências estão sendo tomadas em relação a denúncia recebida**  
109 **sobre a violação de direitos de pessoas idosas durante as ações ocorridas no dia 29 de abril de**  
110 **2015, na Praça Nossa Senhora de Salete, no Centro Cívico, entre servidores públicos e a Polícia**  
111 **Militar. Ofício 035 – encaminhado à SESP - solicitando manifestação a respeito dos procedimentos de**  
112 **abordagem na PM de Guaratuba, configurando abuso de autoridade ocorrida contra um idoso no**  
113 **município de Guaratuba. Ofício 036 – encaminhado à Assessoria de Comunicação, para avaliação do**  
114 **formato do manual do Conselheiro, o qual será encaminhado à gráfica para impressão. Ofício 037 –**  
115 **encaminhado ao MP, informando sobre as providências tomadas quanto à denúncia recebida sobre o Lar do**  
116 **Idoso de Jaguariaíva. Ofício 038 – encaminhado à PM de Jaguariaíva – sugerindo a formação de uma**

117 **Comissão coordenada pela Secretaria de Assistência Social do Município e acompanhada pelos**  
118 **Conselhos Municipais do Idoso e de Assistência Social para informar e orientar o Lar de Idosos Bom**  
119 **Jesus, considerando as dificuldades que o mesmo vem enfrentando. Ofício 039 – encaminhado ao**  
120 **NGI da SEDS – solicitando a formatação de um sistema para preenchimento online pelos municípios**  
121 **do Estado para um mapeamento sobre a situação dos CMDI. Ofício 040 – encaminhado à Assessoria**  
122 **da Política da Pessoa Idosa da SEDS – solicitando realizar levantamento para aferição dos resultados**  
123 **obtidos. Por área de atuação, nos órgão governamentais do Estado, das Deliberações da V**  
124 **Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, acontecida em 2011, apresentando os**  
125 **resultados na reunião plenária de junho, caso possível. Ofício\_Circular\_004 - encaminhado à**  
126 **COHAPAR; Fomento do Paraná; Paraná Previdência; Secretaria de Administração e Previdência; Ciência,**  
127 **Tecnologia e Ensino Superior; Educação; Saúde; Assuntos Estratégicos; Desenvolvimento Urbano; Esporte**  
128 **e Turismo; Segurança Pública e Administração Penitenciária; Trabalho e Desenvolvimento Social -**  
129 **solicitando a indicação de um representante para compor a Comissão responsável pela elaboração e**  
130 **monitoramento do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. Ofício\_Circular\_005 – encaminhado à**  
131 **Secretaria de Assuntos Estratégicos; Administração e da Previdência; Agricultura e do Abastecimento;**  
132 **Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Comunicação Social; Cultura; Desenvolvimento Urbano; Educação;**  
133 **Esporte e do Turismo; Fazenda; Infraestrutura e Logística; Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Meio**  
134 **Ambiente e Recursos Hídricos; Planejamento e Coordenação Geral; Saúde; Segurança Pública e**  
135 **Administração Penitenciária; Trabalho e Desenvolvimento Social, solicitando que seja enviado relatório**  
136 **(qualitativo e quantitativo) das ações desenvolvidas no âmbito de sua atuação entre os anos de 2012 e**  
137 **2014, dentre as 77 propostas deliberadas na V Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, para**  
138 **serem incluídas nas discussões da VI Conferência. • Registrada a chegada da Conselheira Solange**  
139 **Chemin Rosenmann (Secretaria de Estado da Cultura). Com a garantia de um diálogo aberto, o Conselheiro**  
140 **Presidente José Araújo da Silva (Ação Social do Paraná) expôs aos Conselheiros que as Comissões**  
141 **desenvolvam as suas atividades, trazendo-as para o plenário, visando os ajustes necessários, onde são**  
142 **consubstanciadas. Diante disso, considerou plausível que os Conselheiros ao final sejam ser informados do**  
143 **resultado das deliberações. Já o Conselheiro Aécio F. Saldanha de Araújo (Federação dos Aposentados e**  
144 **Pensionistas do Paraná) colocou que os Conselheiros também almejam receber sempre um retorno da**  
145 **Secretaria Executiva, quanto aos encaminhamentos dos assuntos. No seu papel, a Secretária Executiva**  
146 **Maria Letícia Z. Dellê informou ao plenário que ao formalizar os ofícios, aguarda a devolutiva. Caso não**  
147 **ocorra, retorna-se o procedimento com prazo determinado. Preferencialmente solicita-se que as respostas**  
148 **sejam postadas antes da realização da próxima Sessão Plenária. Consciente da sua responsabilidade, o**  
149 **Conselheiro Presidente José Araújo da Silva (Ação Social do Paraná) relatou ao Colegiado ter participado**  
150 **de Conferências nos Municípios de Irati e Bocaiuva do Sul, eventos esses prestigiados por um expressivo**  
151 **número de idosos. Aproveitou as reuniões para estimular a criação de Conselhos nos demais Municípios.**  
152 **Aproveitou o ensejo para informar o recebimento de convite, solicitando a indicação de um representante do**  
153 **CEDI/PR, para integrar o Comitê de Ética em pesquisa da Faculdade Inspirar. O Presidente, já em ocasião**  
154 **anterior, vivenciou a análise das propostas de pesquisas, dos alunos de pós-graduação. Dada essa**  
155 **experiência, colocou-se a dispor para novamente representar o Conselho. Avaliou o Conselheiro Gualberto**

156 C. Manaña (Assoc. de Amparo aos Idosos de Foz de Iguaçu), que é importante não deixar de aproveitar os  
157 convites formulados, possibilitando colocar o CEDI em lugar de destaque. • **Comunicado - A Procuradora**  
158 de Justiça Dra. Rosana Beraldi Bevervanço externou ter recebido um ofício da Secretária Executiva,  
159 contendo o parecer técnico do Escritório Regional de Ponta Grossa, no que refere ao Lar do Idoso de  
160 Jaguariaíva. Inicialmente solicitou-se a essa entidade, o devido plano de adequação. Assumiu ter  
161 contatado o Promotor local, para que chancelasse a Comissão e o Escritório Regional da SEDS,  
162 possibilitando essa participação. A partir dessa adequação, essa entidade terá de alcançar um padrão  
163 mínimo, já que detém inúmeras irregularidades. Transmitiu agradecimento à SEDS, concitando a todos  
164 para que se mantenham firmes nesse trabalho. Da parte do colaborador Urandy do Val, veio a  
165 sugestão para que se proceda uma correção nos ofícios enviados, que versam sobre os ônibus:  
166 eliminar a palavra convencional, já que a maioria das empresas de ônibus não trabalham mais com  
167 veículos convencionais. Baseou-se no fato que o Estatuto do Idoso não define esse detalhe – Criar  
168 como meta nessa gestão, que os poderes públicos projetem instalações de Centros Dia, uma vez que  
169 o número de idosos está aumentando visivelmente. Cláudia Foltran, Coordenadora da Política da  
170 Pessoa Idosa na SEDS, garantiu que no Projeto de Lei a respeito dos ônibus intermunicipais essa  
171 palavra “convencional” não está inserida. Qualquer modificação desejada poderá ser efetivada antes  
172 que se encaminhe esse documento para a Casa Civil. Nesse momento, o Conselheiro Coronel Janary  
173 Maranhão Bussmann (AMAI) tornou pública a sua participação nas Conferência Municipais de Ponta  
174 Grossa, Pinhais, Carambeí e Paranavaí, cujo público deixou patente a necessidade de serem  
175 planejadas capacitações para os Conselheiros, bem como o atendimento dos Centros Dia. Ressaltou  
176 que é dada a devida atenção às crianças nas creches e aqueles que caminham para o final da vida,  
177 merecem também esse cuidado especial. Referindo-se à questão das viagens, o Conselheiro Janary  
178 Bussmann (AMAI) apontou que o decreto fala em viagens convencionais, precisando haver um reforço  
179 nesse entendimento. O Conselheiro Gilson Fernando Gomy de Ribeiro (Associação Nacional de  
180 Gerontologia do Paraná ANG/PR) externou ter participado do evento da OAB - “O cidadão idoso -  
181 expectativas e conquistas”. Na ocasião, apresentou o parecer do Conselho de Educação, sugerindo a  
182 inclusão de temas sobre envelhecimento nos currículos escolares, ação essa muito bem recebida por  
183 todos. Realçou ainda que o representante da OAB expôs que a Casa Civil para participar do evento e  
184 discutir sobre a criação da Delegacia do Idoso e acabou não comparecendo. Por fim, foi  
185 compartilhado que será criada uma Comissão de Acessibilidade na OAB/PR. O Conselheiro Gilson  
186 Gomy de Ribeiro (ANG) ainda informou ao plenário que o Conselheiro Suplente da AMAI, Elísio  
187 Eduardo Marques retornou à OAB/PR, momentos atrás, pois participará de um debate envolvendo  
188 jovens e idosos. De maneira oportuna, a Conselheira Maria Adelaide Mazza Correia (APP - Sindicato  
189 dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná) assegurou que foi aprovado o Plano Estadual de  
190 Educação na ALEP e nele está incluído esse desejo de inserir os assuntos sobre envelhecimento nos  
191 currículos escolares. Reforçando, o Conselheiro Presidente José Araújo da Silva (Ação Social do  
192 Paraná), citou que tal ideia foi levada até o Conselho Nacional e o plano era inserir também o Artigo

193 22 do Estatuto do Idoso. Na sequência, foi dada a palavra ao visitante José Cândido que identificou-se  
194 como ex-Conselheiro da Saúde e um efetivo fiscalizador da vida pública, em benefício dos idosos.  
195 Costumeiramente visita os terminais de ônibus, detectando situações de prejuízo para a população  
196 idosa. Referiu-se também ao Disque Idoso que descobriu ser apenas para receber denúncias,  
197 faltando fornecer outras informações de utilidade para essa população. Calçadas inadequadas e  
198 passarelas fechadas nos terminais foram outras reclamações apresentadas. Finalmente, o cidadão  
199 colocou o Jornal de Santa Cândida inteiramente ao dispor dos Conselheiros, para o encaminhamento  
200 de sugestões. Abrindo um espaço, a Procuradora de Justiça Rosana Beraldi Bevervanço informou ter  
201 recebido o expediente da Secretaria de Estado da Segurança Pública, registrando que o atendimento  
202 ao idoso será levado a efeito na Delegacia da Mulher, ficando a questão da Delegacia do Idoso para  
203 ser efetivada em 2016. Compartilhando, a Coordenadora da Política da Pessoa Idosa/SEDS, Cláudia  
204 Foltran pontuou que as questões relativas à Delegacia do Idoso certamente já chegaram até o  
205 Governo do Estado, através das palavras da Secretária Fernanda Richa. As atenções passaram então  
206 para os informes da gestão, também apresentados por Cláudia Foltran. Realçou ela que o Disque  
207 Idoso foi um serviço criado em 1997, com finalidade específica de atender questões afetas ao idoso  
208 (informações, denúncias, elogios, conciliações, apoio psicossocial especializado, etc), fazendo o  
209 devido encaminhamento para órgãos de qualquer esfera. Ao ser questionada se existe o devido  
210 acompanhamento dessas reclamações, a Cláudia Foltran apontou: quem tem o retorno da denúncia é  
211 o próprio denunciante. Certas intervenções são demoradas, pois um comunicado pelo Disque 100 leva  
212 cerca de 90 dias para chegar aos Municípios. O 0800 é número gratuito, o 181 é específico para  
213 narcotráfico e casos diversos podem ser trazidos para a Comissão. Ato contínuo, a Conselheira  
214 Danielle Rocio de Souza Arns Steiner (Secretaria de Estados da Justiça, Cidadania e Direitos  
215 Humanos- SEJU) reforçou a discussão trazendo dados importantes, a saber: - de janeiro a junho/2014  
216 foram recebidas 249 denúncias sobre idosos procedentes do Disque 100, cujos conteúdos vão para a  
217 SEJU e também para o CEDI. Diante do exposto, a Coordenadora Cláudia Foltran apontou que  
218 anteriormente havia sido proposto que existisse um fluxo predefinido, que todas as denúncias se  
219 concentrassem num órgão imparcial. O fato de seguirem para vários destinos, ocasiona possível  
220 destruição de provas. Assim, as questões referentes à população idosa deverão ser encaminhadas  
221 para o Centro de Referência. Assim, como consequência, os resultados dessas denúncias virão para  
222 a Comissão de Normas e Fiscalização e em seguida para o plenário. Houve o comentário do  
223 Presidente José Araújo da Silva (Ação Social do Paraná), que seja levada para o Conselho Municipal  
224 de Curitiba, a ideia de transformar o n° 156 como serviço gratuito. No momento seguinte, a  
225 representante da APP-Sindicato, Conselheira Maria Adelaide M. Correia referiu-se ao grande problema  
226 das calçadas curitibanas. A resposta que se recebe da Prefeitura é que cada proprietário é  
227 responsável pelos seus consertos. Assim eles é que deverão ser notificados. Completou a  
228 Coordenadora Cláudia Foltran, apontando que as calçadas não possuem padrão, são construídas a  
229 bel-prazer e a iluminação pública é colocada para iluminar a pista. Ainda esclareceu o Sr. José

230 Cândido, que à noite deverá utilizar-se o serviço do nº181. Assegurou o Presidente José Araújo da  
231 Silva, que a questão das calçadas também é da Prefeitura Municipal. Narrou o caso de um munícipe  
232 que caiu e quebrou a perna; ao acionar, o Juiz apontou que a fiscalização é prerrogativa da Prefeitura,  
233 assim obteve 10 mil reais de indenização. As calçadas anteriormente eram de responsabilidade da  
234 Prefeitura Municipal. Passaram para os proprietários e atualmente as taxas de conserto fazem parte do  
235 IPTU. Ao participar de reuniões na Câmara Municipal, o colaborador Urandy do Val relatou que foi  
236 debatido o Plano Decenal e um dos pontos marcantes é a questão das calçadas. Existe uma Lei  
237 contestada, na qual se cria a cobrança do solo das rodovias. Pediu a palavra a Conselheira Heloísa do  
238 Rocio Uladowski, representante da Secretaria de Administração e Previdência. Segundo ela, em  
239 Curitiba existe uma Associação que se preocupa com as calçadas: - trata-se da Calçada Nota 10 que  
240 oferece como prêmio um azulejo, para os indivíduos que as constroem adequadamente. Sempre  
241 inserida nos debates, a Procuradora de Justiça Rosana Beraldi Bevervanço comentou que as calçadas  
242 de Curitiba realmente são um sério e antigo problema. Inicialmente adotou-se o petit pavé nas áreas  
243 históricas, porém sem garantia de acessibilidade plena. Além disso tudo, existe a flagrante falta de  
244 padronização, com a utilização de materiais diversos e sequentes desníveis. Em outras cidades, nota-  
245 se que são absolutamente acessíveis. Quem sabe, debater tal situação com o CREA. Segundo a  
246 Conselheira Danielle Rocio de Souza Arns Steiner (SEJU), ao passear com o bebê, por pouco não  
247 sofreu uma queda. Contatou a Prefeitura por seis vezes e consideraram que a responsabilidade é do  
248 proprietário. O próximo assunto abordado teve a fala da Coordenadora Cláudia Foltran, agradecendo  
249 aqueles que responderam os itens da pesquisa, referente ao perfil dos Conselheiros. Comunicou que o  
250 Seminário de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa foi realizado no dia 15 de junho, sendo  
251 transmitido para todos os Municípios e Escritórios Regionais. De forma penhorada, manifestou um  
252 agradecimento especial dirigido à Procuradora de Justiça Rosana Beraldi Bevervanço, responsável  
253 pela palestra do dia. Referiu-se ao recente contato efetuado com o Núcleo de Informática, visando se  
254 obter um sistema para o censo, alimentação do BI- MP e OAB. Externou que muitos Municípios tem  
255 ligado solicitando informações sobre as Conferências - Prazo até 20/06. Ressaltou ainda que nos  
256 próximos dias, estará em Pontal do Sul e dia 30 em Castro em Conferências Municipais. ● **Comissão**  
257 **de Normas e Fiscalização Relatora - Conselheira Heloísa Ulandowski (SEAP) - 4.1 – Denúncia**  
258 **contra o Hospital Evangélico pela forma de tratamento dado à pessoa idosa Parecer da Comissão:** A  
259 Comissão, após análise da denúncia apresentada pelo Sr. João Florentino, e ao CEDI, sugere: 1. que seja  
260 oficiada a Secretaria Municipal da Saúde, ao Conselho Municipal da Saúde, e o MP/CAOPI (Pessoa Idosa)  
261 e ao CMDPI Curitiba, para verificar se houve denúncias em nome do Sr. Vicente Ciardulo, se houve, quais  
262 as providências tomadas. 2. a Comissão solicitou ao Disque Idoso informar se havia recebido a denúncia,  
263 sendo informado que não recebeu nenhuma denúncia em nome do Sr. Vicente Ciardulo. 3. Tendo em vista  
264 o teor da denúncia, esta Comissão sugere que seja instaurado processo por órgão competente, em relação  
265 ao Hospital Evangélico. 4. A Comissão solicita informações imediatas a respeito de casos semelhantes.  
266 **Parecer do CEDI: Encaminhar ofício comunicando o fato a 2ª Promotoria de Justiça da Capital para**

267 **as providências cabíveis, com cópia para o Conselho de Saúde do Município e para a Secretaria de**  
268 **Saúde do Município, com prazo de 30 dias para resposta. 4.2- Protocolado sob nº 13.644.265-1 –**  
269 **Ofício nº 1573/2015 – 2ª PJDJ – Ministério Público – Denúncias recebidas pela Ouvidoria da Justiça**  
270 **Federal de golpe contra idosos. Parecer da Comissão:** A Comissão, ciente da denúncia apresentada  
271 pelo Ministério Público, protocolo nº 13.644.265-1, decidiu pela leitura, na íntegra ao pleno, e sugere ainda,  
272 que seja encaminhado ofício ao Ministério Público (CAOP) solicitando que identifique se existem  
273 procedimentos administrativos instaurados em relação à Associação Brasileira de Apoio ao Aposentado e  
274 Trabalhador – ABRAAT, e quais são. **Parecer do CEDI: Ciente da questão e informar que esta entidade**  
275 **não está inscrita nem participa das reuniões do CEDI/PR e pedir a 2ª Promotoria de Justiça da**  
276 **Capital que tome as providências cabíveis.** 4.3- Ministério Público - Lei para tornar indenizável o  
277 abandono afetivo de idoso por seus descendentes. **Parecer da Comissão:** A Comissão tomou  
278 conhecimento do Projeto de Lei 4294/2008, que acrescenta parágrafo ao Artigo 1632 do Código Civil e ao  
279 Artigo 3º da Lei Federal nº 10741 (Estatuto do Idoso), para tornar indenizável o abandono afetivo de idoso  
280 por seus descendentes, que tramita na CCJC - Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos  
281 Deputados. Tem a manifestar: 1 – A Comissão de Normas e Fiscalização é favorável ao Projeto de  
282 Lei apresentado e solicita manifestação do pleno para que seja encaminhado ofício do CEDI à Comissão de  
283 Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) solicitando celeridade para aprovação do Projeto de Lei que  
284 tramita desde o ano de 2008. **Parecer do CEDI: encaminhar** ofício do CEDI à Comissão de Constituição e  
285 Justiça e de Cidadania da Câmara Federal (CCJC) solicitando celeridade para aprovação do Projeto de Lei  
286 que tramita desde o ano de 2008. Incluir também proposta relativa aos idosos sem descendência para que  
287 haja responsabilização de colaterais. Enviar cópia aos Deputados Federais Paranaenses da referida  
288 comissão. • **Apresentação- “Hospital do Idoso Zilda Arns” Diretor Assistencial Altair Damas**  
289 **Rossato.** O convidado iniciou sua explanação, tendo em paralelo imagens projetadas do Hospital do  
290 Idoso Zilda Arns, localizado no Bairro do Pinheirinho. A missão desse nosocômio é prestar cuidado  
291 integral e multiprofissional, com ênfase na saúde do idoso, porém atendendo também outros pacientes  
292 (6 leitos direcionados à saúde mental). O objetivo maior é ser reconhecido nacional e  
293 internacionalmente até o ano de 2016 como Hospital de referência na atenção à saúde, com ênfase  
294 no idoso. Essa instituição tem 3 anos e é considerada de média complexidade. O convidado apontou  
295 que três áreas lá não são abordadas: - ortopedia, cirurgia cardíaca e oncologia. Em breve aumentará a  
296 complexidade de cirurgias vasculares, decorrentes de quedas. Informou-se também que o Hospital  
297 mantém 84% de ocupação, oferecendo 134 leitos dos quais 20 são para UTI, 6 destinados à saúde  
298 mental e 9 para emergências. Relatou o convidado que todos os doentes são controlados pela Central  
299 de Leitos e nos finais de semana é passível de haver congestionamento. Além do cenário de ofertar  
300 atendimento direto, também disponibiliza exames, consultas especializadas e atendimento a pacientes  
301 das Unidades de Saúde, sendo na verdade a retaguarda do SAMU. Foi tornado público que no dia 15  
302 de junho de 2014 ocorreu a inauguração da Agência Transfusional – 24 horas, com farmácia e equipe  
303 multiprofissional. A ONG Amigo Bicho se compromete a levar seus cães, para visitar os internados uma  
304 vez por semana, sem risco de transmissões. Outra ação benfazeja é a equipe “Tutores do Riso” que



305 visita os doentes, cantando e usando fantasias hilárias. Como terapia ocupacional, o Jardim das  
306 Sensações traz experiências com o cultivo de plantas e o manuseio com a terra e a água. Já o  
307 Programa Melhor em Casa com 10 equipes de apoio do Ministério da Saúde, promove a atenção  
308 domiciliar. O plenário mostrou-se atento e alguns questionamentos surgiram da parte dos  
309 Conselheiros, que foram sendo respondidos pelo Diretor Altair Damas Rossato. 1)- Todos os pacientes  
310 que lá chegam são primeiramente avaliados, e indicados para uma UPA. A instituição tem  
311 exclusividade para idosos, porém mantém 15 leitos para outras faixas etárias. No seu papel, o  
312 colaborador Urandy do Val relatou que a ortopedia é o maior índice de problemas que acometem os  
313 idosos, tanto que acabou perdendo esposa e cunhada devido a quedas. Afirmou o Diretor Assistencial  
314 Aldair D. Rossato que integra o projeto do Hospital desde 2011, podendo afirmar que os traumas  
315 ortopédicos não aparecem como primeira causa de óbitos de pessoas idosas. Nessa instituição não se  
316 faz ortopedia porque já existe uma linha estruturada na Capital; sabe-se que uma boa instituição  
317 hospitalar é aquela que detém alta rotatividade. Foi destacado que o Hospital do Idoso congrega um  
318 Instituto de Ensino e Pesquisa, com 11 especialidades, residência multidisciplinar, apto para a  
319 formação de novos geriatras, gerontólogos e também enfermeiros. Ainda da parte dos Conselheiros,  
320 surgiu um questionamento sobre possíveis irregularidades nas prestações de contas, detectadas e  
321 auditadas pelo Tribunal de Contas em 2012. Os relatórios foram recolhidos e as questões eram  
322 referentes à contratação de médicos para as UPAS, que eram de outros Hospitais, situações essas já  
323 solucionadas, após um período de transição. Ainda esclarecendo, foi relatado que o Hospital solicita a  
324 presença de acompanhante, que tem direito à permanência e refeições. Por outro lado, o paciente só  
325 entra em atendimento domiciliar, se tiver garantido o acompanhamento em casa. O Visitante José  
326 Cândido agradeceu, por sua vez, os esclarecimentos trazidos pelo Diretor Assistencial, pontuando ser  
327 uma instituição modelo, que recebeu nota 10 das pessoas da sua Comunidade. Ao se despedir, o  
328 Diretor Assistencial Altair Damas Rossato ainda realçou que a instituição foi inaugurada e os pacientes  
329 foram colocados gradativamente, para não expô-los a riscos clínicos. Na atualidade, pretende-se  
330 trabalhar com 85% da capacidade, já que 100% poderia causar fadiga na sua estrutura. Assim, é  
331 possível ter uma rotatividade maior, com uma permanência menor. Agradecendo a oportunidade  
332 oferecida, o Diretor garantiu que o Hospital do Idoso tem as suas portas abertas para receber os  
333 Conselheiros, em qualquer oportunidade. • **Comissão Permanente de Comunicação Relatora -**  
334 **Cons. Danielle Rocio de Souza Arns Steiner (SEJU) - 1-1 Continuar a revisão do site e seu**  
335 **conteúdo. Parecer da Comissão:** Na última plenária a comissão solicitou algumas alterações quanto ao  
336 site. Sugerimos afim de otimizar o trabalho que, cada conselheiro da comissão faça novamente uma  
337 avaliação e repasse suas contribuições a Comissão para atualizações. Solicitamos que, seja colocado no  
338 site do CEDI informações referentes à VI Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa e, também  
339 informações e datas das Conferências Municipais, informações sobre a participação dos Conselheiros em  
340 conferências municipais (com registros com fotos, declarações, reportagens, etc.). **Parecer do CEDI:** Ciente  
341 das Propostas da Comissão. 1-2 Material de divulgação do CEDI. **Parecer da Comissão:** A Comissão

342 propõe que seja feito um orçamento para elaboração de material de divulgação do CEDI, tais como: banner,  
343 cartilha contendo os serviços à disposição do idoso no Estado, e outros que se considere oportunos.  
344 **Parecer do CEDI: Já foi solicitada a ASCOM/SEDS, o desenvolvimento das artes finais do material de**  
345 **divulgação do CEDI para o Orçamento.** 1-3 Elaboração de um Plano de Comunicação. **Parecer da**  
346 **Comissão:** A comissão resolveu elaborar um plano de divulgação (plano plurianual) que permita melhorar a  
347 visibilidade do CEDI perante a comunidade. Oportunamente será apresentado ao plenário. **Parecer do**  
348 **CEDI: Ciente. Convidar ASCOM/SEDS para a próxima plenária.**

349 **• Comissão Permanente de Orçamento e Financiamento e Fundo - Relator: Conselheiro Diones**  
350 **Lupércio Monteiro (CEGEN) - 2.1- Conselheiro Osmar de Araújo Gomes - Projeto de Lei que trata**  
351 **sobre a transferência do Fundo para uma conta única do Estado. Parecer da Comissão:** Que a  
352 Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social apresente, minuciosamente, os andamentos,  
353 os ofícios e despachos pertinentes acerca da saída dos recursos do FIPAR para o SIGERFI, bem como os  
354 protocolos e devidos encaminhamentos. **Parecer do CEDI: Ciente.** 2.2- Que a SEDS faça a devolutiva do  
355 edital da FIPAR, para análise e finalização ela Comissão de Orçamentos, Financiamento e Fundo, para que  
356 se possa iniciar a operacionalização e abertura dos projetos junto ao Fundo. **Parecer do CEDI: Pautar na**  
357 **comissão em julho para a deliberação do pleno.** 2.3. Que o pleno do CEDI/PR com a aprovação do edital  
358 do FIPAR, de pronto autorize a divulgação do Edital nos mais diversos meios de comunicação, bem como já  
359 autorize, antes mesmo da divulgação do Edital do FIPAR, a divulgação nos mais diversos meios de  
360 comunicação, sobre as formas de doação/destinação de recursos para o FIPAR. **Parecer do CEDI: De**  
361 **acordo.** • O plenário foi informado que o representante da Secretaria de Estado da Saúde,  
362 **Conselheiro Rubens Bendlin,** deixou nesta manhã, um conjunto de materiais referentes à queda de  
363 idosos. • **Comissão Permanente de Políticas Públicas Relator: - Conselheiro Janary Maranhão**  
364 **Bussmann (AMAI) - 3.1- Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Ofício nº 021 –**  
365 **Idosos com Deficiência Parecer da Comissão:** O COEDE não tem em seu estatuto segmentos por faixa  
366 etária e sim por deficiências. O COEDE nos informou que em 2014 junto com o CEDI solicitou a formulação  
367 de um instrumento de pesquisa a ser aplicado nas Instituições de Longa Permanência de Idosos de todo  
368 Estado bem como nas entidades de Acolhimento Institucional Verificar junto com a SEJU se este  
369 Instrumento foi formulado e aplicado. Solicitar a presença de um conselheiro do COEDE para comparecer  
370 na próxima reunião para falar sobre o conhecimento do assunto. Parecer do CEDI: Solicitar a presença do  
371 COEDE e da AEPCD e entrar em contato com a Sra. Schirley Terezinha Scremin da SESA para ter  
372 informações da comissão mista CEDI/COEDE. 3.2- Deliberações da V Conferência Estadual dos Direitos da  
373 Pessoa Idosa – Situação das deliberações Parecer da Comissão: Cobrar o retorno do que foi solicitado às  
374 Secretarias responsáveis pelas respectivas políticas, conforme o disposto nas deliberações e no Plano  
375 Estadual. Disponibilizar cópia dos ofícios inerentes (enviados às Secretarias) para a Comissão. No caso de  
376 inexistência da manifestação da Secretaria responsável, reenviar a cobrança, invocando dispositivo da lei  
377 de transparência. Parecer do CEDI: ofícios já foram encaminhados para as Secretarias. A Secretaria  
378 Executiva do CEDI providenciará cópia dos ofícios encaminhados para a Comissão. 3.3- Conselheiro José  
379 Araújo - Conselhos municipais – situação da atualização cadastral. Parecer da Comissão: Já foi

380 encaminhado para o setor responsável da SEDS a criação de um sistema parecido com a da Política da  
381 Criança e do Adolescente para que seja alimentado via Gestor Municipal ou Conselho Municipal.  
382 Provavelmente seja colocado para o CEDI aprovar este sistema em julho de 2015. Parecer do CEDI: Que  
383 seja apresentado uma versão preliminar do Sistema em Agosto/2015, com prazo para finalização em até 90  
384 dias após aprovação pelo Conselho. 3.4- Protocolado sob nº 13.643.338-5 – Ofício nº 053/2015 – Ministério  
385 Público – Criação de Conselho Municipal em Alto Paraíso. Parecer da Comissão: Encaminhar ofício para o  
386 Prefeito Municipal informando que o Conselho não onera o erário público municipal pois os membros não  
387 recebem aporte financeiro e encaminhar uma cópia para o MP mostrando também os benefícios que a  
388 criação deste Conselho traz ao município incluindo a criação do Fundo Municipal do Idoso. Parecer do  
389 CEDI: Encaminhar ofício ao município indicando as vantagens de se ter o Conselho e o Fundo do Idoso.  
390 Com cópia para o Ministério Público. 3.5- Protocolado sob nº 13.643.363-6 – Ofício nº 321/2015 – Ministério  
391 Público – existência de Conselho Municipal dos Direitos do Idoso em Francisco Alves. Parecer da  
392 Comissão: - Apenas informar ao Plenário que o Município de Francisco Alves reativou seu Conselho  
393 Municipal com seu Fundo. Parecer do CEDI: Ciente. 3.6- Conselheiro José Araújo da Silva - Proposta de  
394 apresentação pelo Hospital do Idoso Zilda Arns do programa “Melhor em Casa” – contato com Sr. Rodrigo  
395 Luiz Schwanke – fone 3316-5961/ 9635-6711 – email: [rschwanke@feaes.curitiba.pr.gov.br](mailto:rschwanke@feaes.curitiba.pr.gov.br) Parecer da  
396 Comissão: - Ciente e confirmado a presença de uma pessoa nesta reunião de Junho. Parecer do CEDI:  
397 Apresentação feita. • Comissão Temporária Organizadora da Conferencia - Relator: - Leandro Meller -  
398 5.1- Palestrantes para a Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. Marcos Cabrera – confirmou  
399 disponibilidade para realização da palestra magna no dia 24/09 pela manhã. Renato Veras – SE fez o  
400 contato e não obteve retorno. **Parecer da Comissão:** Considerando a revisão do calendário da Conferência  
401 Estadual ocasionado pela alteração do calendário nacional, os palestrantes deverão ser consultados  
402 novamente, considerando nova data de realização da Conferência (03,04,05 de novembro de 2015).  
403 **Parecer do CEDI:** Aprovado o parecer da Comissão. 5.2- Prorrogação da data da Conferência Nacional.  
404 Conforme informações do CNDI a Conferência Nacional dos Direitos Humanos onde ocorrerá as  
405 conferências temáticas da criança e do adolescente, da pessoa com deficiência, de direitos humanos, LGBT  
406 e da pessoa idosa foi adiada para o período de 02 a 06 de maio do ano de 2016. Questionado sobre a  
407 prorrogação do prazo para a realização das Conferências Estaduais e Municipais o CNDI informou que  
408 ainda não havia deliberado sobre a prorrogação destas Conferências. Foi informado aos conselheiros que o  
409 CONADE já se manifestou sobre as Conferências Estaduais e Municipais e prorrogou os prazos das  
410 Conferências Municipais para setembro de 2015 e as Estaduais para dezembro de 2015 (conforme ofício  
411 circular 05/CONADE/SNPD/SDH/PR). Os representantes da Comissão Organizadora manifestaram muita  
412 insatisfação quanto a forma como o Conselho Nacional está tratando o calendário da organização das  
413 conferências, pois os Municípios e os Estados precisam avançar no debate e as questões demoram para  
414 ser aprovadas e quando aprovadas voltam a ser rediscutidas. A Comissão Organizadora tomou ciência da  
415 prorrogação do prazo da Conferência Nacional e sugere o encaminhamento de ofício do CEDI ao CNDI e a  
416 SDH manifestando insatisfação sobre a forma como o Conselho Nacional e a Secretaria de Direitos  
417 Humanos tem lidado com as conferências. **Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer do CEDI: Ciente e**  
418 **de acordo com envio do ofício.** 5.3- Prorrogação do prazo da Conferência Estadual com base na

419 prorrogação da Conferência Nacional. Tendo em vista a prorrogação do prazo da Conferência Nacional de  
420 direitos humanos passando de dezembro de 2015 para maio de 2016, a Comissão Organizadora do  
421 processo de Conferências debateu sobre esta prorrogação. Neste sentido foi entrado em contato com o  
422 CNDI questionando sobre o novo calendário das Conferências dos Direitos do Idoso e a informação  
423 recebida foi que a Nacional já havia sido prorrogada mas que ainda não havia deliberação sobre a  
424 prorrogação das Conferências Estaduais e Conferências Municipais. Neste sentido foi trazido ao  
425 conhecimento da Comissão o ofício enviado pela SDH/CONADE (ofício circular 05  
426 /CONADE/SNPD/SDH/PR) informando que a Conferência Nacional de Direitos Humanos foi prorrogada  
427 para maio de 2016, as Estaduais para dezembro de 2015 e as Municipais para setembro de 2015. Foi  
428 realizado amplo debate, onde os conselheiros se manifestaram insatisfeitos com o tratamento dado pelo  
429 CNDI e SDH para as conferências, pois os Municípios e os Estados precisam se programar para a  
430 realização de suas conferências. Outro aspecto que foi destacado foi o fato de que os municípios continuam  
431 sobrecarregados com a quantidade de Conferências Municipais que devem realizar, ocasionando  
432 dificuldades para sua realização. Destacou-se também que seria muito improdutivo a realização das  
433 conferências municipais até junho de 2015 as Estaduais até setembro de 2015 com a Nacional em maio de  
434 2016, pois os delegados que irão para nacional são eleitos nas Municipais, ou seja, os delegados seriam  
435 eleitos 11 meses antes da Nacional, prejudicando os debates para a Conferência Nacional. Neste sentido a  
436 Comissão Organizadora da Conferência propõe a prorrogação do calendário no seguinte formato:  
437 Municipais: até 30 de setembro de 2015. Estadual: 02, 03 e 04 de novembro de 2015. Nacional: 02 a 06 de  
438 maio de 2016. **Parecer da Comissão:** Aprovada a prorrogação. Deverá ser adequado o regulamento da  
439 Conferência e encaminhado ofício circular aos Municípios e Escritórios Regionais informando que o CEDI,  
440 preocupado com o calendário das Conferências, deliberou pela prorrogação do prazo em respeito aos  
441 Municípios e explicando que toda esta situação referente ao Calendário das Conferências se deve as  
442 constantes mudanças nas deliberações do CNDI. **Parecer do CEDI: Aprovado o parecer da Comissão. •**  
443 Comissão de Revisão do Regimento Interno Relatora - Coordenadora Cláudia Foltran. Foi relatado que  
444 a reunião estava previamente agendada para a manhã de 15 de junho, porém, tendo em vista a  
445 realização do Seminário de Enfrentamento à Violência Contra os Idosos, tal reunião não ocorreu. Novo  
446 agendamento para o dia 20/07, às 9h00. A presente ata foi gravada e redigida por Regina Amasiles  
447 Rodrigues Costa, servidora da SEDS e integrante da Secretaria Executiva, digitada por Angel Steffani e  
448 sendo a Secretária Executiva **Maria Letícia Zavala Dellê.**